

R O F O R O

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO FOTOGRAFICA RIOFOTOGRAFICO

O U T O R O

ARTIGO 1º - DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO FOTOGRAFICA RIOFOTOGRAFICO, neste estatuto designado simplesmente como Associação, fundada em data de 11 de agosto de 2012, com sede e foro jurídico na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no endereço da Rua Felipe Camarão, nº 153, Bairro Maracanã, CEP20550-165, é uma associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, de caráter organizacional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos que a ela se dirigirem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa.

Parágrafo Primeiro – A Associação terá duração Indeterminada.

Parágrafo Segundo – Os Associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Associação.

Parágrafo Terceiro – A Associação possui foro na Cidade do Rio de Janeiro.


ARTIGO 2º - SÃO PRERROGATIVAS DA ASSOCIAÇÃO:

No desenvolvimento de suas atividades, a Associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, com as seguintes prerrogativas:

- I. apoiar e divulgar o desenvolvimento da arte fotográfica, disseminar conhecimentos fotográficos aos seus membros e à comunidade em geral, através de atividades culturais e educativas tais como cursos, seminários, palestras, exposições, publicações e tarefas afins;
- II. Participar e dar apoio às demais associações, entidades, instituições, federações ou confederações de objetivos semelhantes aos seus, a critério da Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Para cumprir suas finalidades sociais, a Associação se organizará em tantas unidades quantas se fizerem necessárias, em todo o território nacional, as quais funcionarão mediante delegação expressa da matriz, e se regerão pelas disposições contidas neste estatuto e, ainda, por um regimento interno aprovado pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – Nos termos das leis 8666 de 1993; 4320 de 1964 bem como quaisquer outras que venham a normatizar parcerias entre Entes Públicos e Privados, ainda, em observância às leis: Orgânica da Assistência Social, Estatuto da Criança e do Adolescente, e as voltadas para a regulamentação do S.U.S, através dos instrumentos jurídicos competentes, firmar parcerias com Entidades do Poder Público visando à implementação ou continuação, através do sistema de Co-gestão, de Projetos Sociais na área de Saúde, Educação, Meio Ambiente, Assistência Social, Cultura, Turismo, Transporte, Habitação, Urbanismo ou quaisquer outras que tragam melhoria à qualidade de vida da comunidade.



ARTIGO 3º - DOS COMPROMISSOS DA ASSOCIAÇÃO

A Associação se dedicará às suas atividades através de seus administradores e associados, e adotará práticas de gestão administrativa, suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens, lícitas ou ilícitas, de qualquer forma, em decorrência da participação nos processos decisórios, e suas rendas serão integralmente aplicadas em território nacional, na consecução e no desenvolvimento de seus objetivos sociais.

ARTIGO 4º - DA ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral Deliberativa é o órgão máximo e soberano da Associação, e será constituída pelos seus associados em pleno gozo de seus direitos. Reunir-se-á na primeira quinzena do mês de setembro, para tomar conhecimento das ações da Diretoria Executiva e, extraordinariamente, quando devidamente convocada. Constituirá em primeira chamada com a maioria absoluta dos associados e, em segunda chamada, meia hora após a primeira, com qualquer número, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes, salvo nos casos previsto neste estatuto, tendo as seguintes prerrogativas:

- I. Eleger os administradores;
- II. Destituir os administradores;
- III. Deliberar sobre a previsão orçamentária, a prestação e a aprovação de contas;
- IV. Alterar, no todo ou em parte, o presente estatuto social;
- V. Estabelecer o valor das mensalidades dos associados;
- VI. Deliberar quanto à compra e venda de imóveis da Associação;
- VII. Aprovar o regimento interno, que disciplinará os vários setores de atividades da Associação;
- VIII. Deliberar quanto à dissolução da Associação;
- IX. Decidir, em última instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto.

Parágrafo Primeiro - Para as deliberações a que se referem os incisos I, II e IV é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados e com menos de um terço na convocação seguinte, uma hora após a primeira. As demais matérias serão deliberadas com voto da maioria simples dos associados.

Parágrafo Segundo - As assembleias gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, e serão convocadas, pelo Presidente ou por 1/5 dos associados, mediante edital fixado na sede social da Associação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de sua realização, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou;

Parágrafo Terceiro - Serão tomadas por escrutínio secreto as deliberações que envolvam eleições da diretoria e o julgamento dos atos da diretoria quanto à aplicação de penalidades.

ARTIGO 5º - DOS ASSOCIADOS

Os associados serão divididos nas seguintes categorias, sendo relacionados em livro próprio:

- I. **Associados Fundadores:** os que ajudaram na fundação da Associação, e que são relacionados em folha anexa;
- II. **Associados Beneméritos:** os que contribuem com donativos e doações;
- III. **Associados Contribuintes:** as pessoas físicas ou jurídicas que contribuem, mensalmente, com a quantia fixada pela Assembleia Geral;
- IV. **Associados Beneficiados:** os que recebem gratuitamente os benefícios alcançados pela entidade, junto aos associados contribuintes, órgãos públicos e privados.

Parágrafo Único – A qualidade de associado é intransmissível.

ARTIGO 6º - DA ADMISSÃO DO ASSOCIADO

Poderão filiar-se somente pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, ou maiores de 16 (dezesesseis) e menores de 18 (dezoito) legalmente autorizadas, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa e, para seu ingresso, o interessado deverá preencher ficha de inscrição na secretaria da entidade, que a submeterá à Diretoria Executiva e, uma vez aprovada, terá seu nome, imediatamente, lançado no livro de associados, com indicação de seu número de matrícula e categoria à qual pertence, devendo o interessado:

- I. Apresentar a cédula de identidade e, no caso de menor de dezoito anos, autorização dos pais ou de seu responsável legal;
- II. Concordar com o presente Estatuto e os princípios nele definidos;
- III. Ter idoneidade moral e reputação ilibada;
- IV. Caso seja "associado contribuinte", assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas.

ARTIGO 7º - SÃO DEVERES DOS ASSOCIADOS

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- II. Respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
- III. Zelar pelo bom nome da Associação;
- IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação;
- V. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
- VI. Comparecer por ocasião das eleições;
- VII. Votar por ocasião das eleições;
- VIII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembleia Geral tome providências.

Parágrafo Primeiro - É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas.

Parágrafo Segundo – Outras formas de admissão, suspensão e exclusão de Associados, poderão ser regulamentadas através de instrumento próprio, desde que não conflitantes com os dispositivos do presente Estatuto.

ARTIGO 8º - SÃO DIREITOS DOS ASSOCIADOS

São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais:

- I. Votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria Executiva, na forma prevista neste estatuto;
- II. Usufruir os benefícios oferecidos pela Associação, na forma prevista neste estatuto;
- III. Recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria Executiva;
- IV. Convocar os órgãos deliberativos mediante requerimento subscrito por um quinto de seus pares.

ARTIGO 9º - DA DEMISSÃO DO ASSOCIADO



É direito de o associado desligar-se voluntariamente do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Secretaria da Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

Parágrafo Primeiro – O Associado em débito com a Tesouraria, ao se desligar, poderá ser dispensado do pagamento, a critério da Diretoria, caso alegue dificuldades financeiras comprovadas.

Parágrafo Segundo – O Associado desligado por vontade própria ou por penalidade poderá ser readmitido a critério da Diretoria, sendo que o período compreendido entre o desligamento e a readmissão terá contribuições financeiras a serem pagas.

ARTIGO 10º - DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

- I. Violação do estatuto social;
 - II. Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
 - III. Atividades contrárias às decisões das assembleias gerais;
 - IV. Desvio dos bons costumes;
 - V. Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- 
- 

VI. Falta de pagamento, por parte dos "associados contribuintes", de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.

Parágrafo Primeiro – Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;

Parágrafo Segundo – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

Parágrafo Terceiro – Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembleia Geral, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria Executiva ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral;

Parágrafo Quarto – Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

Parágrafo Quinto – O associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

ARTIGO 11º - DA APLICAÇÃO DAS PENAS

As penas serão aplicadas pela Diretoria Executiva e poderão constituir-se em:

- I. Advertência por escrito;
- II. Suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano;
- III. Eliminação do quadro social.

ARTIGO 12º - DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS DA INSTITUIÇÃO

São órgãos da Associação:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria Executiva.

ARTIGO 13º - DA DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva da Associação será constituída por 04 (quatro) membros, os quais ocuparão os cargos de: Presidente, Diretor Financeiro/Administrativo, Diretor de Comunicação e Diretor de Arte/Fotografia. A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

ARTIGO 14º - COMPETE À DIRETORIA EXECUTIVA



1. Dirigir a Associação, de acordo com o presente estatuto, e administrar o patrimônio social.
2. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões da Assembleia Geral;
3. Promover e incentivar a criação de comissões, com a função de desenvolver cursos profissionalizantes e atividades culturais;
4. Representar e defender os interesses de seus associados;
5. Elaborar o orçamento anual;
6. Apresentar na Assembleia Geral, na reunião anual, o relatório de sua gestão e prestar contas referentes ao exercício anterior;
7. Admitir pedido inscrição de associados;
8. Acatar pedido de demissão voluntária de associados.

Parágrafo único - As decisões da Diretoria Executiva deverão ser tomadas por maioria de votos, devendo estar presentes, na reunião, a maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

ARTIGO 15º - COMPETE AO PRESIDENTE

1. Representar a Associação ativa e passivamente, perante os órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julgar necessário;
2. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
3. Convocar e presidir as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias;
4. Juntamente com o Diretor Financeiro/Administrativo, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques e documentos bancários e contábeis;
5. Organizar relatório contendo o balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano anterior, apresentando-o à Assembleia Geral Ordinária;
6. Contratar funcionários ou auxiliares especializados, fixando seus vencimentos, podendo licenciá-los, suspendê-los ou demiti-los;
7. Criar departamentos patrimoniais, culturais, sociais, de saúde e outros que julgar necessários ao cumprimento das finalidades sociais, nomeando e destituindo os respectivos responsáveis.

Parágrafo Único – Poderão ser nomeados ou indicados profissionais, associados ou não, que possuam notório saber na matéria em questão para auxiliar o Diretor em suas atribuições, nas quais será sempre o responsável final, salvo por exigência legal de competência técnica, casos nos quais, dividirá a responsabilidade com o profissional habilitado.



ARTIGO 16º - COMPETE AO DIRETOR FINANCEIRO/ADMINISTRATIVO



1. Redigir e manter, em dia, transcrição das atas das Assembleias Gerais e das reuniões da Diretoria Executiva;
2. Redigir a correspondência da Associação;
3. Manter e ter sob sua guarda o arquivo da Associação;
4. Dirigir e supervisionar todo o trabalho do Financeiro, da Secretaria, da Tesouraria e da Contabilidade;
5. Elaborar os editais e a pauta das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
6. Organizar e manter o cadastro geral dos associados;
7. Manter, em estabelecimentos bancários, os valores da Associação, podendo aplicá-los, ouvida a Diretoria Executiva;
8. Assinar, em conjunto com o Presidente, os cheques e demais documentos bancários e contábeis;
9. Efetuar os pagamentos autorizados e recebimentos devidos à Associação;
10. Apresentar os balancetes semestrais e o balanço anual;
11. Elaborar, anualmente, a relação dos bens da Associação, apresentando-a, quando solicitado, à Assembleia Geral.

Parágrafo Único – Poderão ser nomeados ou indicados profissionais, associados ou não, que possuam notório saber na matéria em questão para auxiliar o Diretor em suas atribuições, nas quais será sempre o responsável final, salvo por exigência legal de competência técnica, casos nos quais, dividirá a responsabilidade com o profissional habilitado.

ARTIGO 17º - COMPETE AO DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

1. Organizar todas as atividades associadas ao Portal, Fórum Web e demais mídias Web ou não;
2. Coordenar as equipes que executam atividades Web;
3. Administrar a entrada e manutenção de sócios que se vinculem exclusivamente as atividades Web;
4. Estabelecer e prospectar propostas de parcerias, em ambientes virtuais ou não, para a divulgação da Associação.

Parágrafo Único – Poderão ser nomeados ou indicados profissionais, associados ou não, que possuam notório saber na matéria em questão para auxiliar o Diretor em suas atribuições, nas quais será sempre o responsável final, salvo por exigência legal de competência técnica, casos nos quais, dividirá a responsabilidade com o profissional habilitado.



ARTIGO 18º - COMPETE AO DIRETOR DE ARTE / FOTOGRAFIA

1. Organizar, orientar e supervisionar, com o auxílio dos demais Diretores todas as atividades relacionadas com o Departamento de Fotografia, promover cursos, exposições e concursos entre os associados e outras entidades, organizar e coordenar os calendários das exposições;
2. Manter sob sua guarda e responsabilidade o material artístico que for confiado à Associação;
3. Manter os associados permanentemente informados das atividades artístico culturais, exposições ou salões de importância realizados no país e no exterior.

Parágrafo Único – Poderão ser nomeados ou indicados profissionais, associados ou não, que possuam notório saber na matéria em questão para auxiliar o Diretor em suas atribuições, nas quais será sempre o responsável final, salvo por exigência legal de competência técnica, casos nos quais, dividirá a responsabilidade com o profissional habilitado.

ARTIGO 19º - DO MANDATO

O mandato da Diretoria Executiva será por tempo determinado com duração de 04 (quatro) anos. As eleições para a Diretoria Executiva realizar-se-ão, conjuntamente, por chapa completa de candidatos apresentada à Assembleia Geral, podendo haver reeleição de seus membros.

ARTIGO 20º - DA PERDA DO MANDATO

A perda da qualidade de membro da Diretoria Executiva será determinada pela Assembleia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

1. Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
2. Grave violação deste estatuto;
3. Abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria da Associação;
4. Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na Associação;
5. Conduta duvidosa.

Parágrafo Primeiro – Definida a justa causa, o diretor será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria Executiva, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação;



Parágrafo Segundo – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar, sem o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados e com menos de um terço na convocação seguinte, uma hora após a primeira, onde será garantido o amplo direito de defesa.

ARTIGO 21º - DA RENÚNCIA

Em caso renúncia de qualquer membro da Diretoria Executiva, o cargo será preenchido pelos diretores remanescentes.

Parágrafo Primeiro – O pedido de renúncia se dará por escrito, devendo ser protocolado na secretaria da Associação, a qual, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data do protocolo, o submeterá à deliberação da Assembleia Geral;



Parágrafo Segundo - Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria Executiva, o Presidente renunciante, qualquer membro da Diretoria Executiva ou, em último caso, qualquer dos associados, poderá convocar a Assembleia Geral Extraordinária, que elegerá uma comissão provisória composta por 05 (cinco) membros, que administrará a entidade e fará realizar novas eleições, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de realização da referida Assembleia. Os diretores eleitos nestas condições complementarão o mandato dos renunciantes.

ARTIGO 22º - DA REMUNERAÇÃO

Os membros da Diretoria Executiva não perceberão nenhum tipo de remuneração, de qualquer espécie ou natureza, pelas atividades exercidas na Associação.

ARTIGO 23º - DA RESPONSABILIDADE DOS MEMBROS

Os associados, mesmo que investidos na condição de membros da Diretoria Executiva, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da Associação.



ARTIGO 24º - DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio da Associação será constituído por bens móveis e imóveis, direitos e valores adquiridos através das seguintes fontes de recursos:

- I. Contribuições mensais dos associados contribuintes;
- II. Doações, legados, bens, direitos e valores adquiridos, e suas possíveis rendas e, ainda, pela arrecadação dos valores obtidos através da realização de festas e outros eventos, desde que revertidos totalmente em benefício da associação;
- III. Aluguéis de imóveis e juros de títulos ou depósitos;
- IV. Celebração de Convênios, Contratos, Termos de Ajuste, ou acordos com o Poder Público, Federal, Estadual e/ou Municipal, bem como particulares ou instituições de quaisquer naturezas.

Parágrafo Único – Os recursos provenientes de quaisquer PARCERIAS DE COGESTÃO poderão ser aplicados conforme o PLANO DE METAS, cuja fiscalização dar-se-á através da previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulado, eventualmente, item por item as categorias contábeis e o detalhamento das remunerações e benefício de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, bem como a estipulação de metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma.

ARTIGO 25º - DA VENDA

Os bens móveis e imóveis poderão ser alienados, mediante prévia autorização de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, devendo o valor apurado ser integralmente aplicado no desenvolvimento das atividades sociais ou no aumento do patrimônio social da Associação.

ARTIGO 26º - DA REFORMA ESTATUTÁRIA

O presente estatuto social poderá ser reformado no tocante à administração, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira convocação, com a maioria absoluta dos associados e com menos de um terço na convocação seguinte, uma hora após a primeira;

ARTIGO 27º - DA DISSOLUÇÃO

A Associação poderá ser dissolvida, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face à impossibilidade da manutenção de seus objetivos sociais, ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou, ainda, por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo, em primeira chamada, com a totalidade dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados.

Parágrafo único - Em caso de dissolução social da Associação, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados para outra entidade assistencial congênere, com personalidade jurídica comprovada, sede e atividade preponderante nesta capital e devidamente registrada nos órgãos públicos competentes.

ARTIGO 28º - DO EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da entidade, de conformidade com as disposições legais.

ARTIGO 29º - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Associação não distribui lucros, bonificações ou vantagens a qualquer título, para dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto, devendo suas rendas ser aplicadas, exclusivamente, no território nacional.

Parágrafo Primeiro – A Associação terá como datas especiais de comemoração as seguintes:

- I. Dia do fotógrafo
- II. Dia da fotografia

Parágrafo Segundo – As contas da Associação serão aprovadas anualmente, após a apresentação de documento contábil, na forma da Lei, a ser apresentado na AGE, em prejuízo das exigências legais tocantes ao caso específico.

Two handwritten signatures in black ink, one on the left and one on the right, positioned below the text of the second paragraph of Article 29.

ARTIGO 30º - DAS OMISSÕES

Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, "ad referendum" da Assembleia Geral.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2012.



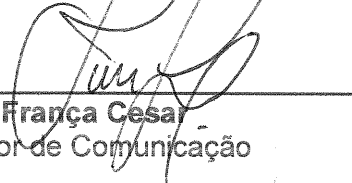
Flávio Raphael Barcellos
Presidente



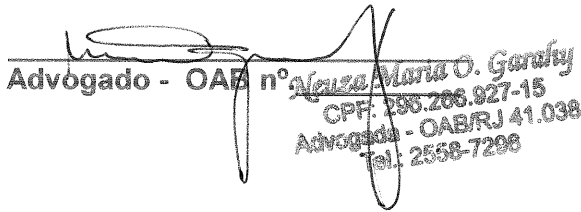
Gilvandro Gurgel
Diretor Administrativo/Financeiro



Roberto Soares Gomes
Diretor de Arte/Fotografia



Ivan França Cesar
Diretor de Comunicação



Advogado - OAB n° **Aluiza Maria O. Garafim**
CPF: 296.286.927-15
Advogada - OAB/RJ 41.038
Tel. 2558-7298

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Av. Presidente Wilson, n° 164 sobreloja 103

CERTIFICO QUE O PRESENTE DOCUMENTO FOI REGISTRADO SOB N°, NOME, PROTOCOLO E
DATA ABAIXO, ESTE REGISTRO FOI PRODUZIDO COM 1 VIA ADICIONAL
Matr. 256595 - ASSOCIAÇÃO FOTOGRAFICA RIOFOTOGRAFICO

201302271637161

01/04/2013

RUK93894

Emol: 273,64 Adic: 54,73 Mútua: 10,86

O Oficial



RUK93894

